



## ENTREVISTA COM O PROFESSOR GEO SAURA<sup>1</sup>

### EDUCAÇÃO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NA ERA DIGITAL

Entrevistadores: Paula Gonçalves Felício<sup>2</sup>, Jani Alves da Silva Moreira<sup>3</sup> e Mateus Arguelho<sup>4</sup>

Geo Saura é Professor Titular de Universidade em Política da Educação no departamento de Teoria e História da Educação da Universitat de Barcelona desde 2025. Anteriormente, ocupou a prestigiosa posição de excelência acadêmica Serra Húnter Fellow, no sistema universitário catalão. Foi professor visitante convidado e conferencista em diversas universidades europeias e da América Latina, a realizar numerosas visitas em dezenas de universidades do Brasil; é coordenador do GT «Capitalismo Digital, Políticas Educativas e Pedagogias Críticas» do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Fez seu doutorado internacional entre a Universidade de Granada (Espanha) e a University of Roehampton (Reino Unido), cuja tese de doutorado obteve o prêmio extraordinário de tese doutoral. Suas linhas de pesquisa são o capitalismo digital, financeirização das tecnologias digitais, a privatização da educação, a sociologia da educação e as relações entre Estado e educação.

**1. Professor Dr. Geo Saura, o tema desta entrevista é sobre a Educação no contexto do capitalismo na era digital. Para começar, pedimos que nos falasse sobre sua trajetória acadêmica. Analisando suas primeiras pesquisas, vemos que você trabalha com lentes vinculadas ao pós-estruturalismo, como a performatividade; recentemente, nota-se uma mudança de sua perspectiva para o marxismo. Você poderia explicar como ocorreu essa mudança e o que considera que traz de avanço para sua agenda de pesquisa atual?**

R.: Muito obrigado. Agradeço muito a pergunta, porque normalmente não tenho espaços formais para dar esta explicação. E bom, é algo que tenho conversado, dialogado com colegas, mas sempre em espaços informais. Desde meu processo de formação na graduação, eu já estive próximo à teoria marxista e já me formei no marxismo, mas sobretudo vinculado mais à formação política. Uma vez que comecei os estudos e o desenvolvimento da tese de doutorado, os primeiros passos na pesquisa, tive a sorte de realizar a tese de doutorado em um projeto de pesquisa do Ministério da Espanha, intitulado “Dinâmicas endógenas e exógenas de privatização: O modelo de quasicomercio educacional na Espanha”. Era a primeira vez que se colocava à luz ou se trazia ao debate, sobretudo no contexto da escrita em espanhol, dois conceitos que eram as dinâmicas endógenas e exógenas de privatização, desenvolvidas principalmente pelo professor Stephen Ball. E digo isso porque é muito importante compreender esse início, porque minha primeira influência, com meu primeiro mestre naquele momento, é muito próxima da visão ou da perspectiva de análise foucaultiana que Stephen Ball estava desenvolvendo.

Stephen Ball, naquele momento, arrisco dizer que era o acadêmico mais relevante no campo da política da educação no contexto europeu, se não mundial. Mas no contexto europeu, sem dúvida, o acadêmico mais

<sup>1</sup> Universidade de Barcelona, Doutor em Educação, integrante do Grupo de Pesquisa em Pensamento Pedagógico e Social GREPPS). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-5049-1483>. E-mail: [geosaura@ub.edu](mailto:geosaura@ub.edu)

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Maringá e Universidade de Barcelona. Doutora em Educação, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-5946-9802>. E-mail: [paulagfelicio94@gmail.com](mailto:paulagfelicio94@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Maringá. Doutora em Educação, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-3008-0887>. E-mail: [jasmoreira@uem.br](mailto:jasmoreira@uem.br)

<sup>4</sup> Universidade de Barcelona, Estudante de doutorado em Educação e Sociedade. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-9573-3052>. E-mail: [mateus.arguelho@ub.edu](mailto:mateus.arguelho@ub.edu)

influyente. Depois, meu período de pesquisa em Londres, no desenvolvimento da tese de doutorado, teve também a influência do mestre que foi Stephen Ball.

No entanto, e é algo que quero começar a desenvolver dentro da pergunta, porque desde o início do estudo e do desenvolvimento da tese, eu sempre entendi que as dinâmicas endógenas de privatização estavam vinculadas a uma análise de caráter pós-estruturalista, uma visão mais foucaultiana, se quisermos dizer, mas as dinâmicas exógenas de privatização tinham um ponto de partida para analisar do ponto de vista marxista. E é algo que eu discuti, discuti também com Stephen naqueles momentos. Então, no desenvolvimento inicial da minha tese de doutorado, eu comecei a ver o tema das subjetividades neoliberais no professorado, como as dinâmicas endógenas de privatização iam modificando as subjetividades nos professores e professoras, e então aí é onde desenvolvi as primeiras análises mais dessas noções de caráter pós-estruturalista<sup>5</sup>.

No entanto, no final da tese, e é algo onde já começa minha independência mais acadêmica, e começo a ressignificar algumas das análises prévias, no final da tese meu foco de estudo foi sobre dois tipos de atores políticos muito determinados. Um eram os *think tanks* e outro as fundações filantrópicas. E compreendi que o estudo desses atores políticos privados na modificação das políticas educativas públicas podia ser realizado mais desde uma perspectiva de análise de corrente marxista. Então, aí é onde começa minha primeira virada nas publicações, sobretudo desde o final de 2014 e 2015, que concluí minha tese de doutorado. Depois, no ano de 2015, já comecei o desenvolvimento da pesquisa pós-doutoral. O pós-doutorado no contexto da universidade ou da academia espanhola não se desenvolve como no contexto do Brasil, que pode ser desenvolvido quando já é professor sênior ou está durante o final da trajetória, etc, mas o pós-doutorado no contexto se desenvolve logo após a tese de doutorado. Pode-se ter um contrato pós-doutoral e desenvolver uma pesquisa pós-doutoral. E eu estive desenvolvendo a pesquisa pós-doutoral desde o ano de 2015 até o ano de 2018 na Universidade Autônoma de Barcelona.

E aí, o foco que eu tinha colocado era unicamente no estudo das fundações filantrópicas, o que depois em maior medida denominamos filantropocapitalismo. E aí também comecei já a ampliar as análises mais com bases marxistas, de forma ampla, digamos assim. Depois, no final do pós-doutorado, como estava estudando as fundações filantrópicas, o filantropocapitalismo, aí já estava aprofundando ou estava analisando principalmente fundações filantrópicas vinculadas com atores multimilionários pertencentes às grandes corporações tecnológicas globais. E ali é onde vai minha virada para o estudo da tecnologia (Saura, 2020; 2021; 2021b). E desde aquele momento, sem dúvida, depois me foquei no estudo dos avanços do capitalismo na era digital, mas desde uma vertente de análise marxista (Saura, 2025; Saura, Adrião y Arguelho, 2024; Saura, Arguelho y Casas, 2025; Saura, Cancela y Adell, 2022; Saura, Cancela y Parcerisa, 2023). E isso é o que por enquanto poderia dizer para ser um pouco breve e resumindo a primeira pergunta.

## **2. Presenciamos atualmente a aceleração de forma significativa do desenvolvimento da Inteligência Artificial e a intensificação do uso das Plataformas Digitais. Em suas análises, quais são as principais implicações desse processo para as políticas educacionais?**

R.: Permitam-me introduzir algumas noções vinculadas mais com os estudos sobre a tecnologia de forma ampla, de forma introdutória. Se pensarmos bem, o estudo da tecnologia no campo da educação, majoritariamente desde os anos 90, ou seja, as últimas três décadas, dos anos 1990 até 2020, poderíamos dizer, tem sido desenvolvido por tecnólogos da educação. Ou seja, acadêmicos que majoritariamente se dedicaram quase exclusivamente ao estudo da tecnologia e da educação. E uma grande parte da análise que iam desenvolvendo os tecnólogos da educação ou os estudiosos da tecnologia na educação baseava-se principalmente em estudos de caráter majoritariamente tecnocrático, vinculados em ocasiões com o tema da implementação de ferramentas tecnológicas concretas, de tecnologias determinadas, e como isso afetava os processos de ensino e aprendizagem. Ou seja, com vertentes quase de estudos mais vinculadas à didática. Importante, também havia estudos sobre a tecnologia, sem dúvida, que se focalizavam numa

<sup>5</sup> Ver los trabajos iniciales sobre las dinámicas endógenas de privatización en educación (Luengo y Saura, 2012; Luengo y Saura, 2013; Saura y Luengo, 2015).

perspectiva mais crítica, mas sobretudo vinculada ao tema do software livre, aos processos mais de democratização com as tecnologias, ao acesso aberto, etc. Por exemplo, no contexto brasileiro, nesta última vertente da análise mais crítica, há um colega, um amigo, que é muito conhecido, uma eminência no estudo da tecnologia no Brasil, que é, por exemplo, Nelson Pretto.

Mas, bom, sim, se foram desenvolvendo uma vertente ou umas análises mais críticas. Mas nos últimos anos, sobretudo porque as corporações tecnológicas estavam incidindo de forma ampla na expansão das mudanças vinculadas com a privatização da educação e do sistema educativo, é quando desenvolvemos como uma nova onda, podemos dizer assim, há uma nova onda dos estudos críticos da tecnologia na educação, mas desde a análise mais política. Esse seria um pouco o ponto de partida.

Então, nestes momentos, o que podemos dizer é que, sobretudo, durante a última década, tem havido uma corrente de análise procedente das ciências sociais que tem vindo a sustentar que estamos vivendo um novo capitalismo, sobretudo vinculado com a aceleração das tecnologias digitais. E aí têm emergido conceitos e noções de enorme relevância nos estudos críticos das ciências sociais, como algumas das mais chamativas são as de capitalismo de plataforma, de Nick Srnicek, que vêm sustentar que o dado é a matéria-prima do novo capitalismo, que denomina este capitalismo de plataforma; a visão de Zuboff do capitalismo de vigilância, onde vem dizer que há novos processos de controle que vêm desde o Vale do Silício e se expandem a nível global; e depois outra série de noções conceituais que vêm sustentar ou defender o novo capitalismo, como a noção do tecnofeudalismo, uberização, plataformização, etc. E o que nós estamos desenvolvendo durante o último lustro, ou seja, durante os últimos cinco anos, é que não há novo capitalismo digital, não há um capitalismo de plataforma, nem um capitalismo de vigilância, etc., mas sim que se trata de estudar o capitalismo hoje na era digital, ou estudar o capitalismo em sua fase digital, ou o capitalismo contemporâneo, ou o capitalismo mediado pelas novas tecnologias digitais (Saura, Lima y Arguelho, 2024; Saura, Peroni, Pires y Lima, 2024).

E então, o interessante para o estudo da política educativa, é que hoje os estudiosos da política educativa, da política da educação desde uma visão crítica, têm que estar analisando esta série de avanços. Que, portanto, tanto a inteligência artificial quanto a transformação digital, são como dois núcleos centrais dos processos de expansão do capital nestes momentos. Então, nós estamos dividindo, sobretudo desde uma perspectiva mais heurística, para tentar compreender os avanços do capital, por um lado, em relação à inteligência artificial, porque é um núcleo hoje dos processos de transformação que estão vivendo os sistemas educativos, e como se está pensando a educação do futuro; e, por outro lado, a transformação digital, aí entra todo o avanço das tecnologias digitais, as ferramentas tecnológicas privadas, o metaverso, a realidade virtual, o *cloud computing*, os centros de dados massivos, etc. E então, qualquer dos acadêmicos ou acadêmicas que estão interessados em noções críticas, que têm sido como núcleo dos estudos da política da educação, como são a globalização, o neoliberalismo e a privatização, principalmente, hoje, se querem estar analisando o contexto contemporâneo, na atualidade, têm que estar adentrados em todos estes avanços do capitalismo na era digital.

**3. O senhor escreveu em seus trabalhos recentes sobre o Estado financeirizador, que está conformado pelas noções de financeirização, da «mão visível do Estado» e pela ideia do Estado empreendedor. Ao refletir sobre o processo de privatização na educação, como o senhor compreende o papel do Estado no que se refere às políticas públicas, sobretudo educacionais, no contexto do capitalismo contemporâneo na era digital?**

R.: Considero que esta pergunta tem no núcleo da mesma, o conceito de financeirização. Então, considero que os processos contemporâneos da financeirização no campo da política da educação têm que ser abordados, ou têm que ser analisados, principalmente desde a perspectiva teórica, ou têm que ter como base a perspectiva teórica de Karl Marx. Em particular, na seção quinta do livro terceiro de *O Capital*, é onde estão as chaves, não? Aí eu considero que há como três capítulos fundamentais para o estudo dos avanços da financeirização hoje no campo da política educativa. O primeiro deles é o capítulo vinte e um. Bom, nesta seção denomina-se o “Capital produtor de Juro”, que o capítulo vinte e um também se denomina, igual ao mesmo título, que a própria seção. Depois está o capítulo vinte e cinco, que está

focalizado no crédito e no capital fictício. E depois também está o capítulo vinte e nove, onde se focaliza mais o estudo vinculado mais aos componentes do capital bancário. Então, desde minha perspectiva, considero que nesta base teórica dos trabalhos de Marx há alguns dos elementos centrais para poder pensar hoje os avanços da financeirização. Então, partimos normalmente da hipótese central, inicial, que vem dizer que na conjuntura contemporânea, ou seja, no momento presente, está regida principalmente por ciclos constantes de expansão e retração de investimentos financeiros. E isso é algo que se materializou bem no campo da financeirização da indústria tecnológica, e então aqui se materializam com clareza talvez os conceitos do capital fictício e do capital produtor de juro. Marx assinala que o capital produtor de juro é o núcleo próprio do capital fictício e o define principalmente como o mais fetiche dos fetiches do próprio capital. Então, esta abordagem assim é fundamental para tentar vincular a noção do fetichismo das mercadorias, que se desenvolve durante todo *O Capital*, desde o capítulo 1 e depois em outra série de capítulos, mas é algo que atravessa todo *O Capital*, a noção do fetichismo das mercadorias; e no caso do capital produtor de juro, Marx sustenta que é o fetichismo que alcança sua forma mais acabada, já que se pressupõe sempre que o dinheiro tem a capacidade de gerar mais dinheiro. Marx sustenta que é como se o dinheiro se engravidasse, e então é sempre um dinheiro que se engravida e gera mais dinheiro, engendra mais dinheiro e sempre oculta a relação entre os processos produtivos e a geração do valor. E então, agora mesmo, no capitalismo contemporâneo podemos constatar que o capital fictício se expressa de forma muito concreta mediante o financiamento através de noções como dividendos, *holdings* empresariais, ativos financeiros, conglomerados, etc.

E todo este entrelaçamento desta nova série de noções é o que poderíamos ver como o capital financeiro da indústria global. Isso é o que tentamos analisar ultimamente. E isso se deve principalmente a que toda tecnologia digital que há nas salas de aula, que há em qualquer sistema educativo, sempre, antes de chegar à realidade, de se converter numa matéria, sempre precisou de investimentos financeiros prévios para poder se materializar e se converter numa realidade.

Por essa razão, a mim não me gosta falar de EdTech de forma ampla, mas sim de tecnologias digitais privadas ou mercadorias digitais. Ou seja, sempre remarcando esse caráter privado que têm as mesmas. Por quê? Porque não há tecnologia digital pública. Então sempre há tecnologia digital privada que precisa de investimentos financeiros prévios. E depois, dentro disso, os sujeitos políticos ou os atores que ocupam preponderância dentro de todo este campo, que é o que poderíamos denominar de forma ampla como o capital financeiro da indústria EdTech, têm a capacidade de projetar o futuro e regular os sistemas educativos a nível mundial, porque materializam as ideias através dos próprios investimentos. Porque todas estas ferramentas, *software* privado, etc., começam como *startups* e precisam deste investimento financeiro para poder se converter em realidade. Então todos os investidores são os que estão fazendo que estas ideias se convertam numa realidade completa. E a partir daqui, nós nas últimas investigações o que estamos tentando fazer é partir de um debate mais amplo que está havendo. E é que durante os ciclos de expansão do capital financeiro, tanto o fetichismo da mercadoria, que vem mediado pelo capital fictício, sempre atua numa mistificação de constantes inversões e sempre parece que dá a impressão de que existem mecanismos dentro da composição orgânica do capital que vêm sustentar que há uma valorização automática que desvincula sempre os avanços do capital com a economia real. Ou seja, desvincula o investimento financeiro da economia real. No entanto, quando o capital fictício não consegue realmente poder materializar de uma forma efetiva e rentável os investimentos prévios, produz-se como uma brecha muito ampla onde digamos que se desvincula o valor especulativo com o valor produtivo. E estas formas de contradição, são umas contradições do próprio capital, têm-se visto de forma muito abrupta provocando como o colapso de muitas *EdTech* e corporações tecnológicas. E bom, é algo que já vinha sustentando também Marx, onde a ideia de que o capital fictício tem a intencionalidade de situar-se como se perdesse toda a conexão com o processo produtivo da matéria. E bom, a mim me interessa analisar a financeirização desde este ponto de partida. E bem, aí o encaixaria um pouco nesta pergunta vinculada à financeirização.

Sobre a noção do estado, igual que Marx entende o capital como relação social, nós compreendemos o Estado como uma relação social. Então, nesta compreensão do Estado como relação social, há uma multiplicidade de atores políticos na tomada de decisões das políticas estatais. E sempre ponho o exemplo,

para situar isso no contexto do Brasil, que não compreendo o Estado brasileiro na educação se não é também com a Fundação Lemann.

Por quê? Porque a Fundação Lemann sempre faz parte, com os distintos governos, da tomada de decisões das políticas estatais. E bom, então é onde vincularia o conceito de Estado como relação social e, mais que nada, hoje na atualidade, como os Estados não produzem tecnologia digital pública, precisam das corporações tecnológicas e de toda esta série de atores políticos que se entrelaçam dentro do próprio Estado para gerar e promover um pouco as tecnologias digitais privadas.

**4. As reformas educativas digitais buscam atender aos avanços tecnocientíficos da Inteligência Artificial e da transformação digital, marcadas pela materialização de novas maneiras e dinâmicas de privatização da educação. Alguns de seus artigos recentes elucidam este contexto global e o avanço do setor tecnológico no Brasil. Em sua compreensão, como o Brasil tem protagonismo de cara a esse movimento socio-metabólico do capital e como isso se relaciona com a educação?**

R.: Vejo como dois eixos da pergunta. O primeiro deles é que nestes processos de avanço do capitalismo na era digital, quando falávamos anteriormente dos avanços da inteligência artificial e da transformação digital, o que está sucedendo na grande maioria de países é que estão se vivendo uns processos de reformas educativas com o objeto de acelerar ou expandir as tecnologias digitais privadas. E isso é o que de forma ampla também temos denominado em alguns trabalhos como reformas educativas digitais. Para sustentar que o que está acontecendo agora ou o núcleo dos processos de transformação dos sistemas educativos tem a ver com esses processos de reforma, da transformação digital na educação. A partir daí temos utilizado também uma série de elementos conceituais para tentar analisar essa materialidade de forma ampla. Isso é o que costumamos analisar através da noção, ou o que analisamos inicialmente com a noção de privatização educativa digital, para sustentar que há como uma forma de materialização da privatização que está centrada nos processos de reforma educativa digital. E dentro desses processos temos utilizado amplamente, como temos utilizado em várias ocasiões, o conceito de imaginário sociotécnico. Porque o conceito de imaginário sociotécnico, que tem a ver com a ideia de como se estão desenhando, como se estão configurando os discursos na atualidade para imaginar o futuro da tecnologia na sociedade, nós o temos tentado utilizar nesta noção, ou o temos tentado ressignificar, melhor dito, este conceito o temos ressignificado para tentar examinar a ideologia que se está gerando hoje com o avanço da transformação digital e a expansão do capitalismo contemporâneo. E claro, os imaginários sociotécnicos, isso o vemos como esta nova ideologia, ou nos serve para o estudo da política educativa, para estudar os discursos, as narrativas, e esta nova ideologia para projetar o futuro.

Depois, o segundo eixo da questão, ou o segundo elemento que vejo na pergunta, tem mais a ver com o contexto do sistema educativo do Brasil. Claro, isto é amplo, e eu não sou brasileiro, nem sou um especialista sobre o estudo do Brasil, o que acontece é que é um país no qual estive em numerosas ocasiões, e tive a sorte de colaborar e trabalhar com colegas brasileiros, com os quais fui me formando e sigo aprendendo. Mas a mim pessoalmente agora, ou o interesse que tenho do estudo do avanço do capitalismo digital do Brasil, me leva a ressignificar algumas das noções da teoria marxista da dependência, que dá algumas das chaves para compreender os avanços do capitalismo no contexto do Brasil. No entanto, depois, por umas condições muito concretas do que é o Brasil, como esse país continental, é que, por um lado, é que tem havido um avanço, sobretudo no ensino a distância, através de conglomerados empresariais e de multinacionais de enorme relevância, que vocês conhecem melhor que eu, como Kroton, Cogna, Ânima, Instituto Bahema, etc. Bom, depois, algumas têm sido fusões, algumas entre elas têm sido fundidas, e se têm criado como conglomerados mais amplos, mas o importante aqui é que há uma indústria enorme, há um mercado enorme em educação a distância, dedicado ao contexto próprio do Brasil, que é o que faz que avance ou que se desenvolvam tecnologias digitais privadas e ferramentas tecnológicas privadas muito concretas, para tentar desenvolver todos estes avanços da materialidade das mercadorias digitais. E depois, no campo concreto, ou seja, pensando o Brasil como um contexto determinado, é que o Brasil tem sido, em parte, a experimentação de alguns dos desenvolvimentos dos capitalistas dos Estados Unidos, por exemplo Elon Musk e sua obra conhecida com todos os interesses que têm tido em instalar Starlink e centros de dados massivos por exemplo na Amazônia. Então o Brasil tem-se utilizado como um

processo de experimentação constante. Outro dos eixos que vejo aqui desta pergunta sobre o Brasil, outros elementos que quero assinalar do contexto do Brasil é que o Brasil é o laboratório da financeirização da indústria EdTech, porque no contexto da América Latina, agora não tenho os dados aqui assim de forma concreta, mas das análises que estivemos realizando também em outros momentos vimos como o total das ferramentas tecnológicas financeirizadas na educação em todo o campo da América Latina, quase os 2/3 pertencem ao contexto do Brasil. Ou seja, o Brasil é um mercado em expansão dos investimentos financeiros. Podem ter algumas outras explicações, mas eu dou como esses 3 elementos significativos: a expansão do ensino a distância com os diversos conglomerados; os processos de experimentação que se vivem vinculados com a teoria marxista da dependência e como se utiliza o Brasil como um contexto de experimentação permanentemente; e depois o laboratório da financeirização EdTech ou indústria do capital EdTech.

**5. Uma última questão: com os desafios impostos por lógicas tecnossolucionistas e com as reformas educativas digitais globalmente, verificamos que os sistemas educacionais, em geral, se submetem às exigências do mercado, implicando mudanças no trabalho docente: tais como aligeiramento na formação (inicial ou em serviço), precarização e agravamento das condições laborais e a prestação de contas com base em avaliações de desempenho e eficácia dos docentes. Como o senhor vê estratégias de resistência a este processo ou caminhos a seguir com a intenção de contrarrestar este avanço?**

R.: Agradeço também esta última questão porque dá um espaço de esperança e de resistência de cara aos processos de transformação do avanço do capital e como você bem assinalou, há elementos agora centrais que estão modificando as condições de trabalho docente. As condições de trabalho docente, ou seja, como com toda a expansão das tecnologias digitais privadas e da inteligência artificial, estão se modificando as condições de trabalho docente. E isto é um eixo central de estudo, de análise e que agora mesmo estão começando a se desenvolver enormes investigações, ou seja, uma amplitude enorme de investigações e que antecipo que vão seguir se desenvolvendo nos seguintes anos.

E nós, o tema das condições de trabalho docente, as principais aproximações que temos realizado as temos abordado concretamente com relação aos processos de precarização que estão se gerando, os novos processos de controle do professorado com as plataformas e depois de forma ampla também esses processos de proletarização do professorado a raiz das tecnologias digitais. Mas concretamente no círculo da pergunta que vocês falam dos processos de resistência, a mim esta pergunta me leva a tentar compreender esta resistência através da noção de soberania tecnológica ou soberania digital. E o estudo da soberania digital e tecnológica costuma ver-se principalmente desde duas variáveis de análise ou pontos de partida.

O primeiro tem mais a ver com uma visão mais da soberania dos estados e o segundo mais com a soberania dos movimentos sociais. Então, quando falamos da soberania digital dos estados podemos atender como nos últimos anos, sobretudo durante o último lustro, têm começado a se desenvolver pela amplitude de países discursos, narrativas e políticas que vinham fazer um chamamento para gerar uma soberania digital estatal. Desde a Europa, que começa a gerar a ideia de soberania digital da Europa para lutar contra o mercado tecnológico dos Estados Unidos e da China, principalmente, e que se cria indústria tecnológica no contexto dos países europeus, mas depois também se tem levado a cabo nos contextos da América Latina amplamente.

Ou seja, agora a grande maioria de países, sobretudo governados por governos de centro-esquerda ou alguns dos governos de esquerda, estão advogando por esta ideia de soberania digital estatal. Por exemplo, trata-se de ver como se criam discursos e narrativas vinculados a gerar uma inteligência artificial estatal ou a gerar plataformas digitais estatais, etc. No Brasil, há dez dias ou um par de semanas, se fez o lançamento do anúncio da primeira inteligência artificial brasileira que se cria para os seguintes anos.

Aí são processos de resistência para não estar dependendo ou vinculados ou não ter um processo de dependência permanente respeito ao mercado asiático ou estadunidense. Aí há alguns processos de resistência vinculados mais com um caráter mais estatal, mas depois, por outra banda, estão os processos

mais vinculados à soberania digital desde uma variável mais desde as comunidades, o que podemos dizer mais como a soberania digital dos movimentos sociais. E aqui, na soberania digital dos movimentos sociais, entram diversas formas de atuação.

Há movimentos sociais mais clássicos, há sindicatos, há redes de ativistas, ou também pode haver processos mais vinculados com as comunidades que têm uma tradição mais com o software livre, etc. E então aí é onde há um espaço de resistência e como estão começando a se articular as lutas políticas desde aí. No entanto, a ideia de soberania digital, desde minha perspectiva, somente é útil se tem uns fins políticos muito determinados. Ou seja, se os processos estes de resistência têm uns fins materializados no sistema educativo, estão vinculados a melhorar a democracia nas escolas e reduzir as desigualdades sociais.

Se não, não tem sentido. Não tem sentido fazer uma inteligência artificial de um país determinado se depois os que a estão elaborando são as corporações tecnológicas também privadas, vinculadas também com outros governos, etc. E também o contexto local, que é no final um avanço também do capital, mas um capitalismo pátrio. Então, em vez de basear-se nesse capitalismo mais patriótico ou nacionalista, em alguns casos, é o capitalismo mais estatal, digamos. Trata-se de gerar esses processos de resistência mais desde a comunidade. E então aí é onde está um espaço de debate e agora mesmo de luta política muito interessante.

E no contexto do Brasil é muito significativo porque no contexto do Brasil, por exemplo, o movimento sem-teto (MTST) tem gerado enormes processos de resistência, etc. E também depois outras comunidades de software livre, etc., de ativistas que há nos distintos estados do Brasil. E depois também, por exemplo, o MST. Então, há processos de resistência que se podem rearticular dentro dos sistemas educativos. E essa é uma das coisas que também por isso gosto tanto do Brasil, que considero o melhor país do mundo e tenho muita saudade do Brasil. Obrigado.

## REFERÊNCIAS

LUENGO NAVAS, Julian J.; SAURA, Geo. Mecanismos endógenos de privatización encubierta en la escuela pública: políticas educativas de gestión de resultados y rendición de cuentas en Andalucía. **Profesorado: Revista de Currículum y Formación de Profesorado**, v. 16, n. 3, p. 112–126, 2012. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/19999>. Acesso em: 10 dez. 2025.

LUENGO NAVAS, Julian J.; SAURA, Geo. La performatividad en la educación: la construcción del nuevo docente y el nuevo gestor performativo. **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 11, n. 3, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15366/reice2013.11.3.007>. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reice/article/view/2909>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo. Think tanks y educación: neoliberalismo de FAES en la LOMCE. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 23, n. 107, p. 1–19, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v23.2106>. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/2106>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo. Neoliberalización filantrópica y nuevas formas de privatización educativa: la red global Teach For All en España. **RASE: Revista de Sociología de la Educación**, v. 9, n. 2, p. 248–264, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7203/RASE.9.2.8418>. Disponível em: <https://ojs.uv.es/index.php/RASE/article/view/8418>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo. Saving the world through neoliberalism: philanthropic policy networks in the context of Spanish education. **Critical Studies in Education**, v. 59, n. 3, p. 279–296, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/17508487.2016.1194302>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17508487.2016.1194302>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo. Filantropocapitalismo digital en educación: COVID-19, UNESCO, Google, Facebook y Microsoft. **Teknokultura: Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales**, v. 17, n. 2, p. 159–168, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.5209/tekn.69547> Disponível em:

<https://revistas.ucm.es/index.php/TEKN/article/view/69547>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo. Mobilising the philanthropic neoliberalisation of Teach for All in Spain. In: THOMAS, Matthew A. M.; RAUSCHENBERGER, Emilee; CRAWFORD-GARRETT, Katherine (eds.). **Examining Teach for All: international perspectives on a growing global network**. London: Routledge, 2021. p. 138–156.

SAURA, Geo. Políticas aceleradas/mundo ensamblado: ritmos, contextos y actores en educación. **Foro de Educación**, v. 19, n. 1, p. 135–158, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14516/fde.892>.

SAURA, Geo. El fetichismo de las mercancías digitales en educación. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 45, p. 1–11, 2025. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo; ADRIÃO, Theresa; ARGUELHO, Mateus. Reforma educativa digital: agendas tecnoeducativas, redes políticas de governança e financeirização EdTech. **Educação & Sociedade**, Campinas, p. 1–25, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.286486>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/WpSyzrHPBnN5xcXnwrG57bH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo; ARGUELHO, Mateus; LIMA, Paulo Valim de; PIRES, Daniela de Oliveira. Financeirização EdTech. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 1–31, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.21573/vol40n12024.140210>. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/140210>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo; CANCELA, Ekaitz; ADELL, Jordi. ¿Nuevo keynesianismo o austeridad inteligente? Tecnologías digitales y privatización educativa pos-COVID-19. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, n. 116, p. 1–27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6926>. Disponível

em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6926>. Acesso em: 10 dez. 2025.

em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6926>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo; CANCELA, Ekaitz; PARCERISA, Lluís. Privatización educativa digital. **Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 11–37, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30827/profesorado.v27i1.27019>. Disponível em:

<https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/27019>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo; LUENGO NAVAS, Julian J. Política global más allá de lo nacional: reforma educativa (LOMCE) y el régimen de estandarización (OECD). **Bordón**, v. 67, n. 1, p. 135–148, 2015. DOI:

<https://doi.org/10.13042/Bordon.2015.67109>. Disponível em:

<https://recyt.fecyt.es/index.php/BORDON/article/view/Bordon.2015.67109/17186>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAURA, Geo; PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela de Oliveira; LIMA, Paula Valim de. Capitalismo na era digital e educação: democracia, Estado e ideologia. **Revista Lusófona de Educação**, n. 63, p. 137–152, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.60543/issn.1645-7250.rle63.09>. Disponível

em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/9573>. Acesso em: 10 dez. 2025.